

A conjuntura e a livre iniciativa

FERNANDO ROSA CARRAMASCHI

A busca de novos caminhos para superar as dificuldades, afastar as barreiras remanescentes do autoritarismo, promovendo o restabelecimento da democracia e do progresso econômico e social, é um compromisso irreversível da transição.

Unanimidade nacional, o crescimento do clamor por eleições diretas desaguou na represa de um parlamento heterogêneo, com a responsabilidade de criar uma lei máxima adequada à nossa realidade, com vistas à construção do futuro.

Vivemos uma transição penosa, pontilhada por obstáculos. Não somos, certamente, uma exceção: os períodos de transição são, sempre, marcados por dificuldades sem conta. Por isso, eles embutem sérios riscos contra os quais a sociedade deve prevenir-se. A classe política precisa assegurar resposta à esperança ameaçada no desenho de uma recessão econômica que ronda a segurança do emprego, retarda a conquista do progresso e torna mais distante o sonho da melhor qualidade de vida.

O quadro conjuntural, carregado de tintas sombrias, evidencia crescentes dificuldades na convivência do Brasil com o sistema financeiro internacional. Jogamos por terra a crença democrática de solucionar as questões pela via do diálogo e, presos de uma crescente xenofobia infiltrada em nossa burocracia, sofremos sérias represálias afetando uma variada gama de produtos de exportação, inibindo, desnecessariamente, nossa capacidade de gerar divisas. Buscamos um Brasil dinâmico e, às vezes, retrocedemos.

Somos personagens de uma época, arquitetando a construção do futuro no campo das paixões ideológicas e dos interesses casuísticos.

O Estado Novo perdurou perpetrando, meio século depois, o Estado Paternalista; parece não haveremos extraído lições de vida. Incurrendo em erros crassos ao afrontarmos, nas decisões da Comissão de Sistematização, a livre iniciativa de mercado e a liberdade perseguida nas ruas em apoio a Tancredo e às diretas.

Devemos acreditar, entretanto, que as esperanças persistem na constatação das crescentes parce-

las da população contaminadas pelo germe da consciência participativa e responsável e no bom senso dos membros da Assembléia Nacional Constituinte que começa a prevalecer sobre as minorias atuantes.

Os constituintes resgatam agora a esperança da sociedade, numa ação mais transparente que busca corrigir um pré-projeto elaborado na costura política de concessões mútuas, restabelecendo os princípios básicos, via "centrão", das garantias democráticas e da livre iniciativa.

A análise é circunstancial; o conteúdo é estrutural. Jamais imaginamos que a gestação da esperança, no casamento popular com o símbolo das diretas, pudesse resultar — dito popular para adequar a expressão — no "parto da montanha" de uma transição dolorida.

Se, como ensina a história, é das crises que nascem as grandes soluções, o bom senso vai prevalecer para impedir a escalada do caos recessivo e galgar patamares que nos levam à retomada do crescimento auto-sustentado a que aspiramos.

A verdade é que o caldo de cultura brasileira — país jovem — ainda não havia possibilitado o enfrentamento de posições como as que estão sendo costuradas. Na realidade, estamos vivendo um daqueles momentos em que a humanidade faz um giro sobre si mesma para adentrar um novo ciclo da história. Não podemos deixar escapar essa oportunidade sob pena de não merecermos o perdão das futuras gerações brasileiras.

O choque das tensões presentes deve chegar amortecido ao final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, na construção de uma lei máxima adequada à realidade brasileira, com o fortalecimento das instituições democráticas.

A experiência mostra que o processo de desenvolvimento é um instrumento manipulado pelas decisões descentralizadas do setor privado, porque ele opera com o objetivo de rentabilidade e, em decorrência, da eficiência. O Estado não tem sido suficientemente capaz de encaminhar as economias em desenvolvimento a um patamar de crescimento auto-sustentado e

por isso — veja-se a dimensão do déficit público — sua ação, via de regra, tem sido fator de permanente desequilíbrio e geradora de inflação.

A consciência da consagração do sistema democrático como forma de governo precisa incorporar, nas decisões dos constituintes, a prática da privatização que até agora não conseguiu deixar o plano da teoria. Uma Constituição moderna, alicerce do futuro, tem que deter o retrocesso brasileiro na ampliação da ação estatal quando a maioria dos países politicamente mais avançados abre suas economias num saudável programa de privatização. E os exemplos não procedem apenas dos países desenvolvidos mas, também, das economias socialistas centralizadas, como a China e a União Soviética. Só a redução da interferência do Estado na produção e na economia — através de regulamentos e normas que criam situações artificiais — poderá consagrar o princípio da livre iniciativa, restaurar a eficiência e promover o novo surto de desenvolvimento a que aspiramos, com a revitalização do modelo econômico. Uma tarefa com figurino adequado à Assembléia Nacional Constituinte que não pode deixar o país na contramão da história.

O Brasil desfruta excelentes condições para galgar a escada do progresso e adentrar o pequeno círculo das nações desenvolvidas, dispomos de recursos naturais fartos, embora só possamos transformá-los em riqueza pela via dos investimentos. Carentes de poupança interna, o bom senso recomenda que mantenhamos, sem qualquer perda de soberania ou risco de desnacionalização, abertas as portas ao ingresso do capital estrangeiro na forma de risco. E por isso que se aguarda com grande expectativa que a regulamentação do decreto que permite converter a dívida em capital de risco corrija algumas distorções detectadas e abra, efetivamente, a porta de entrada a essa nova fonte de investimentos e da geração de riquezas. Com a urgência requerida, pois já estamos perdendo para outros países o sentido da oportunidade de colher esse benefício.

FERNANDO ROSA CARRAMASCHI, 35, empresário, é presidente da Ancor (Associação Nacional dos Corretoras de Valores).